



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

Ofício Circular n.º 160/2010 – CG/CJRM B Belém, 16 de setembro de 2010.

Assunto: **Ato Normativo n.º 0003564-65.2010.2.00.0000.**
Referência: **Intimação Eletrônica – Protocolo SAPCOR n.º 2010.6.007487-5**

Senhor (a) Magistrado (a),

Cumprimentando-o (a), informo a Vossa Excelência que a Resolução n.º 66/2010, de 06 de abril de 2010 do Conselho Nacional de Justiça, que instituiu o “**Cadastro Nacional de Prisões Cautelares e Internações Provisórias**”, teve o seu artigo 2º-A suspenso através da Resolução n.º 117/2010, também daquele Órgão Superior.

Outrossim, informo que ambas resoluções podem ser visualizadas no site daquele Órgão Correccional.

Cordialmente,

Desembargadora **Eliana Rita Daher Abufaiad**

Corregedora de Justiça da Região Metropolitana de Belém

DESTINATÁRIOS: JUÍZES DAS VARAS DE INQUÉRITOS POLICIAIS, VARAS CRIMINAIS, e VARAS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE.

(crc).

Avenida Almirante Barroso, 3089 – Sala TA-15 - Térreo
Bairro: Souza - CEP. 66613-710 - Belém-Pará
Tel: (91) 3205-3506 / 3507 e-mail: corregedoria.capital@tj.pa.gov.br

RESOLUÇÃO Nº 117, DE 03 DE AGOSTO DE 2010

Suspende, até a implantação do processo eletrônico, a vigência do art. 2º A da Resolução nº 66, de 06 de abril de 2010, que instituiu o Cadastro Nacional de Prisões Cautelares e Internações Provisórias.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a existência de 209.126 presos provisórios no Brasil, segundo informações do INFOPEN-MJ/2009;

CONSIDERANDO a sobrecarga de trabalho das varas de inquéritos policiais, de varas com competência criminal e de varas de infância e juventude;

CONSIDERANDO a necessidade de preenchimento, por parte dos Magistrados de 1º Grau, de um bom número de cadastros atualmente implantados no âmbito e por determinação do Conselho Nacional de Justiça;

CONSIDERANDO a prescindibilidade de dados estatísticos de natureza individual para fins de formulação de macropolíticas públicas para as áreas criminais e de infância e juventude;

CONSIDERANDO que há necessidade diária de alimentação do Cadastro Nacional de Prisões Cautelares e Internações Provisórias, a demandar constante

[Assinatura]

alocação de recursos humanos para a realização deste mister, realidade que não é vivenciada por todos os Tribunais do País;

CONSIDERANDO que no próprio âmbito do Conselho Nacional de Justiça há necessidade de criação de uma considerável estrutura para monitorar esse Cadastro Nacional em termos individuais;

CONSIDERANDO o deliberado pelo Plenário do Conselho Nacional de Justiça na sua 109ª Sessão Ordinária, realizada em 3 e 4 de agosto de 2010, nos autos do ATO nº 0003564-65.2010.2.00.0000;

R E S O L V E:

Art. 1º. O art. 2º-A da Resolução nº 66, de 06 de abril de 2010 entrará em vigor com a implantação do processo judicial eletrônico (PJ-e).

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.



Ministro Cezar Peluso